Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

ESPECIAL Transamazônica

Clima e floresta

ABRIL

31

NEWSLETTER MENSAL DO IPAM

ENTREVISTA

Consórcio intermunicipal será base para economia de baixo carbono

Maura Campanili

Os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio assinaram, no dia 29 de março, em Altamira, o protocolo de intenções para criar o primeiro consórcio intermunicipal para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono na Amazônia. Os secretários municipais das áreas de meio ambiente e agricultura estarão à frente das ações do consórcio e, nesta entrevista, dizem que os governos dos municípios envolvidos buscarão um novo modelo de desenvolvimento regional com baixas emissões de gases de efeito estufa. Isso se dará com o estabelecimento e o fortalecimento de parcerias locais capazes de promover mudanças nos padrões de uso do solo com a adoção de sistemas produtivos de baixo impacto ambiental. A partir da valoração dos serviços ambientais prestados por produtores familiares, o projeto prevê o aumento da produtividade agropecuária em áreas já desmatadas, o incentivo ao manejo florestal, a redução do uso do fogo e da pressão sobre novas áreas de floresta.

CLIMA E FLORESTA – *Quais os benefícios que a formação de um consórcio voltado ao desenvolvimento sustentável pode trazer para os municípios?*

FRANCISCO DE PAULO SOUSA *(secretário de Agricultura, Energia e Produção de Senador José Porfírio)* – Achamos que é uma saída para termos mais liberdade de ação e mais peso nas decisões relacionadas a temática ambiental.

FERNANDO ROCCA DE ARAÚJO *(secretário de Agricultura, Mineração, Turismo e Meio Ambiente de Brasil Novo)* – Vamos minimizar nossas dificuldades, por sermos municípios pequenos, por exemplo, de ter equipe de trabalho para a área de agricultura. Unidos, podemos formar um grupo para se correr atrás disso tudo. Além disso, contamos com o apoio de instituições, que vão do Ministério do Planejamento ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), com interesse de que essas coisas aconteçam. Sabem os caminhos e podem nos ajudar a acessar as coisas.

ZELMA COSTA *(secretária de Meio Ambiente e Turismo de Altamira)* – Acreditamos que o consórcio fortalecerá a gestão pública de municípios que estão se empoderando desse instrumento. O reflexo disso será a mudança qualitativa do cenário socioeconômico e ambiental. Vamos buscar políticas públicas focadas nos gargalos que são a regularização fundiária e o licenciamento ambiental (urbano e rural). Com isso, teremos capacidade de comercialização de produtos com selo de qualidade ambiental na região.

MARIA SALOMA *(secretária de Meio Ambiente de Senador Jose Porfírio)* – Acredito nessa união para que possamos ser atendidos conforme as necessidades que temos. Nossas realidades são distintas, mas não são diferentes. Altamira é um modelo, mas buscamos nossa autonomia para garantir questões ambientais no município, garantir serviços que só o estado, que está muito distante, faz. Queremos prestar serviços que Altamira já presta, por exemplo, cadastrar empresas, fazer o licenciamento ambiental no que os municípios podem (urbano e rural), até credenciamento do cadastro ambiental rural. O consórcio fortalece os secretários de meio ambiente e agricultura, inclusive com infraestrutura, que viria com projetos com corpo físico e técnico.

BRUNO KEMPNER *(secretário de Meio Ambiente e Turismo de Anapu)* – Sempre buscamos o melhor, principalmente em relação ao desenvolvimento sustentável no município, mas sempre com poucos recursos para isso. O consórcio é um mecanismo que nos possibilita dar resposta ao povo, principalmente ao agricultor familiar que tem dificuldade de acessar recursos e políticas públicas. Um município sozinho na região dificilmente dará conta disso. Desde 2009, conversamos sobre como ter uma equipe técnica e fazer licenciamento juntos, dividindo as despesas. Projetos pequenos não conseguem ser licenciados, pois a Secretaria Estadual de Meio Ambiente fica em Belém. O pequeno não consegue licenciar, mas a fiscalização chega. Podemos, por exemplo, contratar uma boa equipe técnica, poderemos oferecer um salário melhor, cotizando em vários municípios. Já perdemos bons profissionais por causa disso no ano passado, quando formamos equipe, mas as pessoas saíram porque encontraram salários melhores. O consórcio terá mais condições.

CLIMA E FLORESTA – *Como esse conjunto de municípios pode colaborar para uma Amazônia com menos desmatamento e com uma economia de baixo carbono?*

ZELMA COSTA – Na secretaria de Meio Ambiente, em Altamira, há dois anos discutimos a questão no município.

Somos detentores do maior mosaico de áreas protegidas e terras indígenas do mundo. Buscamos informações, ferramentas de casos de sucesso para aprimorar com propostas claras como o município vai ter qualidade de vida. Queremos floresta em pé e povo com qualidade de vida. É o que queremos e vamos conseguir.

GIOVANNY GUZZO *(secretário de Agricultura de Anapu)* – Foram dois anos de conversa para chegar a esse momento. O objetivo macro é bem claro, no sentido de criar o consórcio para ser representação jurídica e organizacional para captar recursos para executar ações para o crescimento econômico dos municípios, principalmente nas atividades agrícolas, consorciadas com ações de baixo carbono. O objetivo específico será com projetos e o primeiro deles deve ser pagamento por serviços de REDD. O agricultor não tem condição de só não desmatar, precisa continuar se desenvolvendo. O REDD pode trazer nova possibilidade de crescimento. Através do consórcio teremos estratégias integradas dos municípios. O acesso a mecanismo de REDD será facilitado se feito via quatro prefeituras.

CLIMA E FLORESTA – *Quais projetos já existentes poderão sair fortalecidos com o consórcio?*

HELTON GAMA *(secretário de Agricultura de Altamira)* – Temos ações efetivas para diminuir o desmatamento nos últimos quatro anos, como o Projeto Cinturão Verde, que estimula a produção em área degradada no entorno da cidade. O projeto, porém, acabou ficando pequeno para o município. Precisamos de parceria para dar a escala que ele precisa. Com os outros municípios do consórcio, podemos ter condições de conseguir dar esta escala. O projeto também pode servir de referência para outros municípios. A expectativa é que esse consórcio seja piloto e que outros municípios entrem.

MARIA SALOMA – Temos um programa de conservação dos quelônios da Amazônia, em uma área que pretendemos que se transforme em unidade de conservação e gostaríamos que fosse municipal, para que pudéssemos gerenciar e receber recursos de projetos. Temos aprovação de projeto na União Europeia (Quelônios para sempre), mas os recursos ainda não chegaram. Outro grande projeto é junto com Ibama (Projeto Quelônios da Amazônia).

BRUNO KEMPNER – Já propusemos em 2009 um acordo de pesca entre Anapu e Vitória do Xingu, mas aquele município não se interessou. Agora, nossa ideia é fazer parceria com municípios da margem do Xingu para um acordo que acabe com a pesca predatória. Senador José Porfírio começou a se interessar também. Venho do movimento social, fui coordenador geral da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) e já discutia com IPAM há muitos anos. Uma instituição com credibilidade na região é mais fácil de articular. Trabalhar políticas ambientais sem movimento social junto não vai pra frente. Um dos projetos que temos é construir tanques para criar peixes e dar descanso ao rio. O defeso poderia ser mais longo, incluindo mais espécies (as atuais são insuficientes). Um ano de descanso e o rio se repovoaria.

Secretários municipais da região Transamazônica no Xingu.

CLIMA E FLORESTA – *Os quatro municípios do consórcio estão na área de influência de um grande projeto de infraestrutura, que é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Como o consórcio pretende lidar com isso?*

ZELMA COSTA – O consórcio funcionará como mediador perante o Consórcio Norte de Energia. O aporte de necessidades para os impactos da barragem em um pool de municípios tem mais força para negociar e verificar o cumprimento. As compensações poderão ser cobradas de forma mais efetiva e com projetos mais estruturados.

MARIA SALOMA – Vamos nos juntar para nos fortalecer diante dos grandes impactos que virão, para ajudar a mitigar a desigualdade social. Senador não está inserido para receber royalties porque consideram que estamos à jusante, mas teremos impactos, por isso buscamos a valorização ambiental que nós temos.

BRUNO KEMPNER – O consórcio é uma forma de diálogo maior com os empreendimentos programados para a região. Quando os prefeitos dialogam com a Norte Energia, fala-se mais de educação e infraestrutura; a sustentabilidade fica em segundo plano.

CLIMA E FLORESTA – *Quais os principais desafios para que o consórcio realmente se efetive concretamente?*

HELTON GAMA – O principal benefício do consórcio será o fortalecimento das cadeias produtivas, mas temos consciência que, mesmo nos unindo, teremos dificuldade. Temos também que estar conscientes de que temos limitações e precisamos saber lidar com isso. Mas que as dificuldades não sejam impedimento para o consórcio. Haverá embate de opiniões e até de vaidades. Mas o que diferencia nossos municípios é o tamanho. Altamira é muito maior e tem dificuldade de trabalhar todas as questões em todo o território, mas os problemas são os mesmos. Teremos que envolver todos os segmentos. Quando se trabalha sustentabilidade, o objetivo é melhorar qualidade de vida da população e dar acesso à saúde e educação. Não só agricultura e meio ambiente.

Experiência inédita, consórcio poderá ser modelo para Amazônia

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu (CIDS), cujo protocolo de intenções foi assinado no dia 29 de março, em Altamira (Pará), é o resultado de anos de discussões envolvendo as secretarias municipais de cinco municípios da região. Apesar de abrigar grandes remanescentes de floresta, esta região localizada no sudoeste do Pará perdeu ao longo das últimas décadas boa parte de sua cobertura florestal devido ao intenso desmatamento para expansão da fronteira agropecuária e exploração madeireira. Esse processo, entretanto, não resultou na distribuição justa de benefícios e na melhoria da qualidade de vida da população.

Para reverter esse cenário, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e – apoio da Embaixada Britânica – iniciou em 2008 uma série de ações visando a redução das emissões de carbono causadas por fogo florestal e desmatamento na região. A intenção era dar escala as suas iniciativas até então promovidas no nível comunitário (como, por exemplo, com o fortalecimento do Proambiente – desde sua concepção entre 2000 e 2002) e motivar a adoção de medidas efetivas pelo poder publico local para estimular o desenvolvimento rural sustentável capaz de reduzir as emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e fogo, que contribuem para o aquecimento global e aumentam a vulnerabilidade da região e da produtividade agropecuária aos impactos das mudanças climáticas.

Com a adesão dos representantes dos governos locais, entidades parceiras e lideranças comunitárias, o projeto estabeleceu fóruns participativos que passaram a orientar as ações estratégicas que deverão compor o plano de trabalho do consórcio de forma a garantir a segurança alimentar da população local, a conservação dos recursos naturais, o melhor aproveitamento das áreas já abertas por meio do uso de novas tecnologias e intensificação da produtividade, entre outros. Reduzir a pressão sobre a floresta, valorar os serviços ambientais e fortalecer as cadeias produtivas locais também são metas desta iniciativa que tem o consórcio como uma pessoa jurídica que, uma vez estabelecida, pode facilitar e dar agilidade a todo este processo.

FOTO: IPAM

Prefeitos dos quatro municípios assinam Protocolo de Intenções.

VIABILIZAÇÃO

A estruturação jurídica do consórcio contou com o apoio do governo federal, através programa "Brasil Municípios" do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

Segundo Nelcilândia Oliveira, diretora do projeto Brasil Municípios, da Secretaria de Gestão do MPOG, a cooperação intermunicipal é uma das diretrizes do governo federal para superar o desafio de trabalhar em um país de grandes dimensões e com mais de 5.500 municípios. "Como é muito difícil trabalhar com todos eles, a atuação de grupos pode agilizar a implementação de políticas públicas como, por exemplo, diminuindo trâmites burocráticos, facilitando economia de escala, formação de redes intermunicipais e uma visão integrada do território, gerando sinergia de esforços de todos os atores da federação e facilitando alcançar o fim principal da atuação pública, que é melhores condições de vida do cidadão", explicou.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) viabilizou a criação do arcabouço jurídico do Consórcio, contratando o advogado especialista em direito público Cleber Demetrio. Conforme Pedro Lucas Araújo, assessor da SAE, o consórcio é um marco jurídico que poderá ser replicado a outras regiões. "O fato de ser um consórcio de direito público voltado para desenvolvimento sustentável é inédito e, se conseguir sair do protocolo de intenções, será um exemplo a ser replicado", comentou.

Araújo conta que a SAE já tem uma parceria com o IPAM desde 2009 que propiciou um estudo sobre o mecanismo de Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação florestal (REDD) e que o desenvolvimento de uma rede de cidades de desenvolvimento policêntrico também faz parte da estratégia de desenvolvimento pensada para o país. "O consórcio surgiu dessas duas áreas de interesse: criar um arcabouço jurídico para a criação do consórcio, já que a lei dos consórcios municipais, de 2005, é genérica, e colaborar para a legitimidade de uma iniciativa subnacional de REDD. Para o assessor, o fato do consórcio prever incentivos a atividades econômicas sustentáveis também será fundamental para uma mudança do padrão de uso do solo, garantindo a sustentabilidade de uma iniciativa de REDD no longo prazo.

"A parceria com as prefeituras evidenciou o interesse dos secretários municipais em superar a fragilidade das secretarias diretamente ligadas às áreas ambiental e agrícola. O que os municípios dessa região da Transamazônica e do Xingu precisam é de condições e conhecimentos para promover um novo modelo de desenvolvimento que considere a questão das mudanças climáticas", diz a especialista do IPAM, Lucimar Souza, coordenadora regional do projeto. De acordo com Lucimar, embora não tenha assinado o protocolo, a presença do governo municipal de Pacajá, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico, enriqueceu o debate e as ações promovidas ao longo dos últimos anos na região.

Presente ao evento de assinatura do protocolo, Maria Margarida Ribeiro da Silva, secretária municipal de Produção e Abastecimento de Porto de Moz, ficou animada com o que viu. "Já havia ouvido falar sobre o consórcio e vim ver de perto as ações. Tenho interesse de conversar com o prefeito de Porto de Moz a entrar no consórcio, por ser uma gestão compartilhada e por ter instituições nessa cooperação com os mesmos interesses. Acho que sozinho é mais difícil, principalmente porque as prefeituras estão inadimplentes e não têm como acessar recursos. As pessoas à frente do consórcio sabem como acessar recursos e como são as dinâmicas para o bom funcionamento das ações", disse.

Segundo o diretor executivo do IPAM, Paulo Moutinho, a luta hoje, é para manter o planeta minimamente habitável. "E esse é o desafio para a Amazônia. E o consórcio, ao trazer a união entre municípios é algo diferente, uma nova roupagem para chegar a esse objetivo".

A VISÃO DOS PREFEITOS

O Protocolo de Intenções foi assinado por três prefeitos e um vice-prefeito dos quatro municípios, que disseram o que esperam da iniciativa:

Maria de Fátima Rocha Moreira (prefeita de Brasil Novo): "Espero que consigamos avançar na questão ambiental, trabalhar as áreas degradadas e preservar nossas florestas. Também espero conseguir apoio para melhorar a qualidade de vida do pequeno produtor rural. Para que não haja desmatamento, precisamos de mecanismos para sobrevivência da população rural. O consórcio é uma boa parceria para trabalhar o desenvolvimento sustentável em nosso município."

Silvério Fernandes (vice-prefeito de Altamira): "Esse é o primeiro consórcio intermunicipal de desenvolvimento sustentável. A união desses quatro municípios vai trazer mais força para que a tão falada sustentabilidade aconteça de fato na nossa região. A população sempre teve o pensamento que ligava desenvolvimento com desmatamento e isso começa a mudar de fato. Temos que produzir sim, mas com sustentabilidade"

Cleto José Alves da Silva (prefeito de Senador José Porfírio): "Participei de reuniões e fiquei convencido de que precisamos acompanhar o momento. Quem não faz parte da produção sustentável, não vai se desenvolver. Queremos nos inserir nesse contexto e será mais fácil juntos. Somos municípios pequenos e a parceria nos dará mais condições."

Francisco de Assis dos Santos Sousa (prefeito de Anapu): "A sustentabilidade é uma filosofia nossa, trabalhamos com isso com os assentamentos de desenvolvimento sustentável desde a criação do município há 16 anos. Um dos primeiros atos da minha gestão foi a estruturação da secretaria de Meio Ambiente e buscar novas alternativas de produção. Já mecanizamos mais de 3,5 mil hectares. Isso evita que cada família tenha que desmatar a cada ano e aproveite áreas degradadas. O consórcio é um meio do município se sobressair, porque trabalha em conjunto. Outro grande gargalo para região é Belo Monte, que vem junto com asfaltamento da Transamazônica. Os empreendimentos vão trazer desenvolvimento, mas precisamos estar preparados para lidar tanto com o desenvolvimento, quando com os impactos que serão gerados."

Combate ao desmatamento depende de políticas públicas

A Assinatura do Protocolo de Intenções para a criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Transamazônia e Xingu marcou o encerramento do projeto "Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Queimadas na Amazônia Brasileira", desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) em parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVVP), com apoio da Embaixada Britânica. Um seminário, realizado em Altamira (Pará), nos dias 28 e 29 de março, fez um balanço das ações do projeto e discutiu as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região.

O projeto envolveu cinco municípios – Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá e Senador José Porfírio – que, em 2009, representaram 13% do desmatamento do Pará. O estado, que tem um terço das áreas desmatadas da Amazônia, respondeu por 57% do desmatamento em 2009. Ricardo Rettmann, pesquisador do IPAM, lembrou que o desmatamento e a agricultura representam 80% das emissões brasileiras de carbono, sendo que, na Amazônia, 68 milhões de hectares já foram desmatados, área equivalente ao território da França. "O Brasil é o quarto maior emissor do mundo (atrás da China, Estados Unidos e União Europeia).

Entender como e porque acontece o desmatamento na região da rodovia Transamazônica na bacia do rio Xingu foi o objetivo de um levantamento de dados realizado pelo projeto entre 2009 e 2010, para saber o perfil das propriedades rurais quanto às atividades de uso do solo, situação fundiária e desmatamento. Para se ter uma ideia da importância da região, os cinco municípios representam uma área de aproximadamente 20 milhões de hectares dos quais cerca de 16 milhões de hectares pertencem a Altamira, o maior município em território do mundo.

Segundo o estudo, que realizou 367 entrevistas com proprietários do entorno da Transamazônica, 84% das propriedades da região são menores que 200 hectares. Além disso, na média, essas pequenas propriedades mantêm 51% da mata e 34% de pasto.

As fazendas maiores, geralmente, são formadas por pessoas que compram vários lotes próximos à rodovia. "O preço da terra, porém, aumentou muito nos últimos cinco anos, de-

FOTO: IPAM

Seminário discutiu alternativas de políticas públicas para a região da Transamazônica.

vido à expectativa do asfaltamento da rodovia. O que pode diferenciar essa região e evitar a concentração de terras é a estrutura que a pequena propriedade agrícola tiver: segurança da posse, culturas implantadas, acesso a educação e saúde, transporte para famílias. Com isso, elas poderão resistir à avalanche de especulação imobiliária que se aproxima", disse Ana Paula Santos Souza, diretora da FVPP.

Para Ana Paula, uma parte da luta do movimento social na região foi atendida, com a criação das unidades de conservação, mas as políticas públicas avançam muito devagar. Um exemplo disso é a dificuldade das prefeituras cumprirem seu compromisso para desenvolverem o Termo de Ajustamento de Conduta que o governo federal exige, com a elaboração do Cadastro Ambiental Rural até junho deste ano.

Segundo o secretário de Agricultura, Energia e Produção de Senador José Porfírio, Francisco de Paulo Sousa, "os produtores que querem se legalizar, não conseguem porque a burocracia e o governo dificultam ou não ajudam e as prefeituras não têm condições financeiras".

BOLA DA VEZ

A solução para esse dilema, segundo o diretor executivo do IPAM, Paulo Moutinho, é a governança. "Preservação ambiental versus crescimento econômico é um falso dilema. No futuro, crescimento econômico virá da preservação ambiental. Nessa região, através do consórcio, isso é possível: valorização da produção agrícola, a qual será mais intensificada através de emprego de tecnologia, assim como a valoração da floresta em pé", disse. Para ele, conservação florestal depende do uso sustentável dos recursos florestais, incentivo a uma economia de baixo carbono no meio rural e o fomento a compensação de serviços ambientais.

Para a diretora da FVPP, a agriculta familiar é a bola da vez no combate ao desmatamento, mas a experiência mostra que o que vem primeiro é a repressão. "Mas a redução do desmatamento pela força é temporária. Se não houver investimento em tecnologia no campo, não precisa de força para tirar famílias do campo, elas vão sair por conta própria e haverá concentração de terras e problemas urbanos", acredita.

Capacitação marca atuação da FVPP e IPAM na região

A assinatura do protocolo de intenções para a criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu é o resultado de um processo que começou em 2008 e que incorporou todo o acúmulo de experiências que se deu na região numa parceria histórica, de mais de uma década, entre IPAM e Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP).

SURGIMENTO DA FVPP

A rodovia Transamazônica, com aproximadamente 5 mil quilômetros de extensão foi planejada e construída na década de 1970, tendo como objetivo principal integrar a Amazônia brasileira ao restante do país. Desde então, a região vivenciou etapas diferentes no seu processo de ocupação. Até 1977, o Governo Federal investiu recursos consideráveis em educação, saúde, crédito agrícola e na conservação das estradas. Após esse período, o projeto de colonização na região foi abandonado pelo governo federal e as famílias migrantes se encontravam isoladas, sem saúde, educação e crédito.

Por isso, a partir de 1987, houve uma reação da sociedade civil organizada, liderada pelos agricultores e a Igreja Católica. Surge então o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), apoiado por vários outros grupos organizados que exigiam do governo a retomada do projeto de colonização. O movimento social dos agricultores da Transamazônica e Xingu surgiu sob a liderança dos agricultores familiares, que migraram de seus estados de origem para o projeto de colonização da Transamazônica. Seu papel foi crucial na construção participativa de um pacto visando melhorar as condições de vida das populações da região; exigir que o governo investisse em políticas públicas do projeto de colonização; e a construção de propostas de desenvolvimento, entre outros.

"Esperávamos conseguir o que foi prometido para os migrantes que vieram se estabelecer na região e foram abandonados pelo governo militar. Na época, era um movimento eminentemente rural, pois as cidades eram apenas vilas, a única cidade era Altamira", conta Ana Paula Santos Souza, coordenadora de projetos da FVPP.

Quando surge a necessidade de passar da esfera da reivindicação para a da proposição, surge então a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), em 1992, para intensificar sua interlocução com o governo federal na implementação de projetos e programas de caráter social e ambiental.

Desde o final dos anos 1980, a noção de que produção pode conviver com a conservação dos recursos naturais foi tomando forma e foi reforçada com a onda de desmatamento, na segunda metade da década de 1990, devido a um processo de ocupação que chegava pelos rios, pelas madeireiras e pela grilagem, conta Ana Paula. "Perguntávamos: O que vai acontecer conosco, cercados por todos os lados? Como ficará a reforma agrária no futuro, se o território estiver todo ocupado? Quem garante que nossa terra não será tomada? Nossa

primeira ideia foi criar grandes áreas de proteção para proteger o território. Foi aí que se conseguiu estabelecer a Estação Ecológica Terra do Meio e várias outras".

IPAM NA REGIÃO

Esse discurso cresceu, segundo Ana Paula, com a consciência de que o conhecimento era fundamental para se garantir condições de vida e o próprio território. "Quem pediu universidade aqui foram agricultores semialfabetizados", disse a coordenadora de projetos da FVPP. Foi nesse processo, que o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), organização não governamental criada para subsidiar políticas públicas com os resultados das suas pesquisas científicas, passou a atuar na região.

"Quando quisemos estudar a Terra do Meio, iniciamos nossa parceria com o IPAM, que trouxe a proposta de utilizar fotos de satélite. Desde então, não paramos mais de trabalhar juntos, com vários outros projetos", continua Ana Paula. Um dos principais frutos dessa parceria foi o Proambiente, um programa criado pelos movimentos sociais ligados à FVPP, com apoio técnico-científico do IPAM, da Fase e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), no início dos anos 2000.

O programa, voltado para o fortalecimento da produção agrícola familiar, transformou-se em uma política pública do Ministério do Meio Ambiente, que criou o Conselho Nacional do Proambiente. "O máximo que conseguimos chegar como política pública, porém, foi apoio até elaboração do plano de uso das propriedades", disse Ana Paula. O projeto piloto foi realizado em três polos no Pará, dos quais um é na região da Transamazônica, envolvendo os municípios de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio. Sem outras âncoras, como o apoio das áreas de saúde e agricultura do governo, e a falta de um marco legal no Brasil para o Pagamento de Serviços Ambientais (um dos componentes mais inovadores do Proambiente), o programa parou como política pública.

FOTO: IPAM

Ana Paula S. Souza, coordenadora de projetos da FVPP.

OUTRO PROJETOS

Na região, contudo, a FVPP e o IPAM continuaram a desenvolver projetos não vinculados ao Proambiente, vários deles voltados para capacitação. "Vieram os planos de manejo, para testar alternativas de uso do fogo na produção e proteção dos recursos naturais. É uma parceria duradoura, um espaço onde nossos desejos são os mesmos: produção que melhore qualidade de vida das famílias, aliada a conservação", avalia a coordenadora.

O trabalho com as 350 famílias do Proambiente resultou em um projeto de REDD+, que foi submetido ao Fundo Amazônia, no qual se pretende conseguir investimento para colocar na prática o que foi planejado para promover uma mudança efetiva no modelo produtivo e na lógica econômica local, incluindo também o componente de valoração dos serviços ambientais prestados pelas unidades produtivas. Outro projeto, dessa vez com apoio da Petrobras, e parceria da Universidade Federal do Pará e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), envolve a criação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), com outro grupo de produtores.

Segundo Erika Pinto, pesquisadora do IPAM, um dos fatores que estimularam a continuidade das ações foi a constatação de que, mesmo após o final do Proambiente, muitas famílias mantinham os esforços, mesmo sem apoio governamental. "Foi a motivação para gerar o projeto submetido ao Fundo Amazônia, que foi construído com a participação direta das lideranças dos 15 grupos comunitários contemplados, do qual estamos aguardando o resultado", disse.

Segundo Erika, ainda, faltava respaldo do poder público local. "Foi quando soubemos do interesse da Embaixada Britânica de apoiar um projeto de diminuição do desmatamento e fogo na Amazônia. Aproveitamos, então, e construímos parceria com as secretarias de Meio Ambiente e Agricultura dos municípios e fomos além dos objetivos propostos inicialmente chegando a construção de um modelo de arranjo associativo para viabilizar a implementação de estratégias integradas entre estes municípios: o consórcio público chamado de Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu", explica.

"A tarefa de pensar produção e recursos naturais não é fácil, mas não é impossível. Precisa, no entanto, de presença do estado, das prefeituras, e de nós mesmos. Vivemos agora um bom momento histórico", finaliza a coordenadora de projetos da FVPP.

Publicação mostra resultados do projeto de redução de emissões

Durante o seminário de encerramento do projeto Redução de emissões de carbono causadas por fogo e desmatamento na Amazônia Brasileira, realizado nos dias 28 e 29 de março, em Altamira (PA), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) lançou a publicação *A Região da Transamazônica Rumo à Economia de Baixo Carbono: estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável*. A publicação traz os resultados do projeto que teve início em 2008 e foi desenvolvido pelo IPAM em parceria com a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), as secretarias municipais de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá e Senador José Porfírio, com apoio da Embaixada Britânica, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O projeto, apresentado nesta publicação, abrange uma área de cerca de 20 milhões de hectares totalizando o território dos municípios. Destes, 9,3 milhões de hectares são Terras Indígenas (46% de todo o território). São 9.265 famílias assentadas em uma área de aproximadamente 880 mil hectares de assentamentos da Reforma Agrária. Até 2009, os cinco municípios juntos registraram 1,7 milhão de hectares de desmatamento, o que implicou consequências negativas de alto impacto sobre a sociedade, a economia e o meio ambiente da região. Todavia, a área de abrangência do projeto ainda detém importantes remanescentes de floresta amazônica, com estoques de carbono estimados em 2,4 bilhões de toneladas.

REFERÊNCIA

A nova publicação do IPAM serve como um guia para estudiosos, especialistas e gestores públicos que buscam entender as relações entre meio ambiente, economia e mudanças climáticas na Amazônia brasileira. O documento traz levantamentos, sistematizações e análises de dados que permitiram a elaboração do diagnóstico dos municípios envolvidos no projeto em relação à dinâmica de uso do solo, vulnerabilidade ao fogo e desmatamento, rentabilidade de acordo com as diferentes situações fundiárias na região. A publicação apresenta ainda informações sobre a situação fundiária, as principais atividades agropecuárias, o perfil do desmatamento no

FOTO: IPAM

Publicação A Região da Transamazônica Rumo à Economia de Baixo Carbono: estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável.

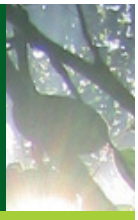
território, as áreas protegidas, cenário futuro para o desmatamento na região, entre outros.

Os dados permitem a reflexão sobre os potenciais impactos no médio e longo prazo que deverão ser enfrentados como consequência do atual modelo de desenvolvimento e as iniciativas em curso que visam mudar este cenário.

Um capítulo especial trata do tema das Reduções de Emissões causadas por Desmatamento e Degradação florestal (REDD), as políticas nacionais voltadas a esta questão e os mecanismos financeiros que tem financiado iniciativas de REDD no Brasil e no mundo. O último capítulo contém uma discussão sobre as possibilidades de contribuição de municípios amazônicos no contexto das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que possam acessar benefícios para promoverem um novo modelo de desenvolvimento voltado para a economia de baixo carbono para a região. Também, traz o histórico do processo que resultou na formação da proposta de criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu, a qual está no momento em fase de aprovação pelas câmaras de vereadores do municípios de Anapu, Altamira, Senador José Porfírio e Brasil Novo.

ASSINE

Clima e floresta



NEWSLETTER MENSAL DO IPAM • WWW.IPAM.ORG.BR

Sistemas agroflorestais podem recuperar solos degradados

O capixaba Miguel Cavalini Calvi trocou a cultura do café no Espírito Santo por uma propriedade de 200 hectares para produzir gado na região da Transamazônica, no Pará, em 1989. Quando chegou à região, a propriedade já estava com metade da área desmatada e hoje a mata não chega a 15%. Nesses anos, Calvi conseguiu criar os três filhos, dois deles já com curso superior, mas tem visto a produtividade de sua terra cair, sem ter mais terra para abrir, como acontece com a maior parte de seus vizinhos.

Como voluntário de um programa da Universidade Federal do Pará, em Altamira, passou a receber estudantes de agronomia, que passam uma semana na casa de agricultores familiares a cada ano.Também com os filhos formados em ciências naturais e agrárias, senhor Miguel, como é conhecido, começou a perceber que a maneira como se lida com a terra na região poderia não ser a ideal. "Acontece que uma terra desmatada há 30 anos, com gado em cima, é muito difícil de ser recuperada", disse.

FOTO: IPAM

O agricultor Miguel Cavalini Calvi, que participa do projeto de recuperação de áreas degradadas através de Sistemas de Agroflorestas.

Foi assim que topou a proposta de participar do projeto de recuperação de áreas degradadas através de Sistemas de Agroflorestas (SAFs), onde o cacau é plantado em consórcio com outras espécies nativas com potencial econômico. Desenvolvido pelo IPAM, em parceria com a Universidade Federal do Pará e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), o projeto envolve 15 núcleos, nos municípios de Uruará, Medicilândia, Altamira e Anapu, cada um com cinco agricultores. Em cada núcleo, a equipe do projeto faz o plantio de 3.300 pés de cacau numa área de 3 hectares.

ESPÉCIES CONSORCIADAS

Com o patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, o projeto está terminando os plantios de cacau, associado a espécies como banana, mandioca e feijão guandu. A ideia é que, após o crescimento do cacau (o que leva aproximadamente três anos), se introduza pelo menos seis espécies nativas da Amazônia e de interesse econômico, como mogno, castanha-do-pará, taperebá, ipê-roxo, ipê-rosa, cumaru, andiroba, jenipapo, copaíba e açaí.

Segundo Sebastião Augusto, professor da Universidade Federal do Pará e responsável técnico do projeto, se espera, ainda, que haja uma regeneração espontânea com outras espécies, que também serão incluídas no SAF. "Queremos recuperar área de pasto degradado transformá-la em agrofloresta. Para que isso aconteça, a primeira coisa é reflorestar. No entanto, o agricultor precisa ter renda e o cacau é uma alternativa", disse.

Augusto afirma, ainda que a ideia é que o agricultor vá ampliando a área de SAF e a anexe às suas áreas ainda florestadas. "É uma alternativa para a região, que tem um passivo ambiental muito grande e precisa se adequar às leis ambientais", explica o professor.

PASSIVO AMBIENTAL

Segundo Augusto, o projeto partiu de uma demanda dos próprios agricultores, levantada pelos alunos da universidade durante seus trabalhos de campo. "O primeiro ponto é o passivo ambiental. Quando chegaram aqui, os produtores desmatavam para plantar mandioca e conseguiam mais de 100 sacas de farinha em um hectare. Hoje, com o desgaste do solo, conseguem apenas de 30 a 40 sacas", explica.

O desafio é conseguir, a partir dessa experiência pioneira, trabalhar com os latossolos ácidos e de baixa fertilidade da região. "Havia resistência de plantar cacau nessa área. Um agricultor havia plantado 2.500 pés e mais de 50% estava morrendo em um ano. Começou a procurar informação e passamos a pensar em uma maneira de resolver. Pedimos para abrir área para pesquisa em 2004 e começamos o trabalho, que foi a base para o projeto atual.

O projeto conta, também, com a coordenação técnica do professor Índio Campos, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) da Universidade Federal do Pará, e com apoio da Ceplac, que além do conhecimento técnico, fornece sementes melhoradas. A coordenação geral do é do IPAM e envolve técnicos e estudantes de agronomia da UFPA.

Nos planos do agricultor Miguel está, também, fazer irrigação em sua plantação e chegar a 4.500 pés de cacau. Se conseguir o retorno que espera, pretende diminuir ainda mais a área de pastagem – já está substituindo o gado de corte pelo leiteiro – e plantar milho, cana e um pouco de café. "Quero diversificar. Estou deixando de roçar nas nascentes e próximo aos igapós. Sei que preciso reflorestar", disse o agricultor.

Assessoria técnica é fundamental para agricultura familiar

Os três anos de execução do projeto Redução das Emissões de Carbono de Queimadas e Desmatamento na Amazônia Brasileira, nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio, na Região da Transamazônica, realizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) em parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), possibilitaram pela primeira vez mobilizar os gestores municipais nas temáticas relacionadas ao meio ambiente de forma tão profunda que viabilizou a iniciativa de formação de um consórcio público para, num esforço conjunto, promover o desenvolvimento sustentável com um olhar especial para a importância de combater o desmatamento e queimadas.

Segundo o engenheiro agrônomo Galdino Xavier, assessor de pesquisa do IPAM na Transamazônica, "é preciso entender a Transamazônica como uma região de fronteira agrícola em consolidação. A forma como essa fronteira foi concebida deixou muitos agricultores esquecidos e desprovidos de informações e de tecnologias necessárias para a produção. Dessa forma, esses agricultores têm desenvolvido estratégias de sobrevivência e de produção baseadas na pecuária extensiva e em uma agricultura itinerante".

Esse modelo de produção, segundo Xavier, faz com que, a cada ano, seja aberta uma nova área para produção e para expansão do pasto. "Com o passar dos anos, a rotatividade nas mesmas áreas tem levado ao empobrecimento dos solos, que consequentemente resultam em baixos níveis de produtividade das culturas e os pastos se degradam rapidamente. Esse é um processo que vai se retroalimentando ano a ano e aumenta a pressão sobre novas áreas para produção e criação", disse.

Além disso, existem outros entraves ao processo de desenvolvimento local, como o déficit fundiário na região, onde a não regularização dificulta iniciativas que apoiam práticas de produção de baixo impacto. Conforme o engenheiro agrônomo, "junto a isso, soma-se outro sério problema que está relacionado às condições de infraestrutura, principalmente das estradas vicinais que não garantem a trafegabilidade necessária para facilitar o fluxo de mercadorias e produtos de forma intrarregional, bem como a Rodovia Transamazônica, que não oferece condições de competitividade à produção regional e, ao mesmo tempo, eleva os custos dos insumos agrícolas que são importados de outras regiões".

Reverter esta situação é o grande desafio que IPAM, FVPP e secretários tem enfrentado na busca de estratégias integradas que viabilizem um novo modelo de desenvolvimento de baixas emissões que promova conservação, melhoria na qualidade de vida da população e uma nova lógica econômica que seja sustentável no médio e longo prazo.

FOTO: IPAM

Agrofloresta é uma das alternativas de desenvolvimento para região amazônica

EXPEDIENTE

Clima e floresta
n° 31, abril de 2011

EDIÇÃO ESPECIAL
TRANSAMAZÔNICA

CLIMA E FLORESTA é uma publicação mensal on-line do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

EDIÇÃO E REPORTAGENS
Maura Campanili

DIAGRAMAÇÃO
Ana Cristina Silveira

APOIO
Embaixada do Reino Unido, The David and Lucile Packard Foundation e Fundação Bluemoon.

EQUIPE TÉCNICA DA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA
Ana Paula Santos Souza
Ane Alencar
Erika Pinto
Galdino Xavier
Isabel Castro
Lucimar Souza
Osvaldo Stella
Paulo Moutinho
Ricardo Rettmann
Simone Mazer
Jaciane Guimarães

IPAM Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia